



ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ METROPOLITANO NORTE - 18/12/2019

1 No dia 18 de dezembro de 2019, às 9h 30min, na sede da Agência Pernambucana de Águas e
2 Clima (APAC), foi realizada a 1ª Reunião Extraordinária do COBH/Metropolitano Norte, contando
3 com a presença de 1/3 dos membros e servidores da APAC. A pauta do dia foi composta pelos
4 seguintes pontos: Abertura e Informes; Aprovação da Ata da reunião anterior; GT Cobrança
5 Metropolitano Norte; Meta Prócomitê: Aprovação do Plano de Capacitação; Aprovação do Plano
6 de Comunicação e Plano Hidroambiental; Apresentação das conclusões e encaminhamentos
7 resultantes da Visita Técnica realizada pelo Grupo de Trabalho do Comitê em Abreu e Lima;
8 Encerramento. Inicialmente, o Sr. Herbert de Tejo (Diretoria Executiva/Fórum Socioambiental
9 de Aldeia), deu as boas vindas aos presentes, agradecendo a presença de todos, e abrindo a
10 reunião para os informes: o Sr. Herbert de Tejo, defendeu a importância das APAS no território
11 do COBH/GL-1, e chamou a atenção, especificamente para a importância da APA Aldeia
12 Beberibe, e salientou que essa UC abriga vários rios e vários fragmentos da Mata Atlântica,
13 inclusive destaca-se entre eles o maior fragmento de Mata Atlântica ao norte do rio São
14 Francisco, conhecido como Mata do CIMNC, e também o reservatório Botafogo que integra o
15 Sistema Botafogo responsável pelo abastecimento da RMR norte. Alertou que essa importante
16 Unidade de Conservação, inserida no território de atuação do COBH Metropolitano Norte está
17 ameaçada de significativa destruição de seus ativos ambientais caso prospere o projeto de
18 instalação de mais uma Usina Termoelétrica, denominada de Usina Pau Ferro II, atualmente em
19 processo de licenciamento na CPRH, no coração da UC a poucos metros do lago do reservatório
20 Botafogo. Diante dessa ameaça, informou que o Fórum Socioambiental de Aldeia, entrou com
21 uma solicitação para obter esclarecimentos sobre o projeto no que se refere a instalação dessa
22 usina. Em seguida, Mônica Nunes (Diretoria Executiva/IPA), socializou a sua participação na
23 reunião da APA de Santa Cruz, na data de 10 de dezembro do respectivo ano, que se encontra
24 no território do COBH /GL-1, e sua importância para o mesmo, destacando a presença na
25 reunião da APA, da professora Mônica Adams (UFPE), que tem realizado estudos na área de
26 “dano material “genético”, uma importante temática que pode contribuir para esclarecimentos

27 e debates, inclusive sobre o desastre do Petróleo na região litorânea, e no que se refere aos
28 danos na saúde humana dos dejetos poluidores que são jogados constantemente nos rios do
29 território. Informa que a professora se colocou à disposição para socializar seus estudos no
30 comitê. Sr. Liberato (Prefeitura do Recife), informa que a Prefeitura do Recife, tem interesse em
31 fortalecer a gestão do COBH/GL-1 e convidou a Diretoria executiva e demais entidades para a
32 realização de reuniões, a fim de planejar ações conjuntas no território. Também, parabenizou a
33 APAC, na mobilização das representações, através de ligações telefônicas para promover uma
34 maior participação. O Sr. Herbert de Tejo, lembrou que Mônica Nunes propôs como forma de
35 aproximação e conhecimento do papel do comitê a realização de visitas para fortalecer os
36 vínculos entre as entidades e o comitê. A Sra. Mônica Nunes, complementou que essa ação
37 deverá constar no Plano de Trabalho 2020. Neste momento, Sra. Maria Emília (SEMAS) informa
38 que devido a atividades da Secretaria, relacionadas ao desastre do Petróleo, com prazo dado de
39 10 dias pelo Ministério Público, talvez tenha que se retirar um pouco mais cedo da reunião. O
40 Sr. Herbert de Tejo, informa da importância da participação de todos até o final da reunião,
41 devido a necessidade da aprovação dos planos de comunicação, capacitação e do termo de
42 referência Hidroambiental. Em seguida, foram socializadas temáticas referentes ao ENCOB
43 2019, que ocorreu nos dias 21 a 25 de outubro em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em
44 específico, material relacionado a Cobrança, onde foram abordados: metodologias de cobrança,
45 crítica e recomendações as metodologias, Estados e países que adotam a cobrança do uso dos
46 recursos hídricos, etc. Em relação a Pernambuco, o Sr. Herbert de Tejo, informa que
47 recentemente foi encaminhada pela APAC, proposta de projeto de Lei para cobrança dos
48 recursos hídricos a ALEPE. Junto com o respectivo projeto de Lei foi encaminhado o Sistema
49 Estadual de Controle, Operação e Manutenção do Rio São Francisco. No Conselho, quando
50 submetido os projetos, foi aprovado apenas o encaminhamento do SEPISCO a ALEPE. E a
51 cobrança seria encaminhada apenas em fevereiro de 2020, uma vez que os usuários solicitaram
52 esclarecimentos. O Sr. Herbert de Tejo, concluiu esta pauta, com questionamentos sobre esse
53 processo: os esclarecimentos solicitados, implicam em alguma mudança? Reforçando que não
54 há sentido para que o encaminhamento para a ALEPE da cobrança seja em fevereiro. Após os
55 informes, dando prosseguimento a pauta, foram realizadas a leitura da Ata anterior, e aprovada
56 pela plenária, com pequenos ajustes. Após, a leitura da Ata, a Sra. Mônica Nunes, fez uma breve
57 reflexão sobre a responsabilidade compartilhada de todas as representações, em relação a
58 dinamização e o cumprimento das atividades, dos Grupos de Trabalho e da Câmara Técnica,
59 como um espaço de autogestão, responsabilidade e compromisso. Solicitando a necessidade de
60 eleger-se um/a coordenador/a ao formarem os grupos, e da construção de calendários das
61 reuniões. Também chamou a atenção para a Câmara Técnica constituída na reunião anterior, e

62 sua dinamização e autogestão no comitê. Seguindo a pauta, foi realizada a leitura do Plano de
63 Capacitação e detalhado o objetivo de cada tópico. Em seguida foi aberto à plenária para
64 considerações e esclarecimentos. O sr. Mauro (Paroquia de São José), referindo ao Item 6.3
65 (Plano de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos de Água), questiona se algum comitê
66 tem enquadramento em Pernambuco? O Sr. Gustavo (APAC), contribuiu chamando a atenção
67 que o tema enquadramento são temas complexos e sugeriu separar o item 6.3 em dois temas
68 distintos, ficando um curso: Plano de Recursos Hídricos e outro sobre Enquadramento dos
69 Corpos de Água. Sra. Maria Emília (SEMAS), concordou com Sr. Gustavo, para a separação dos
70 respectivos temas devido a complexidade. Sra. Mônica Nunes sugeriu acrescentar três temas
71 devido a necessidade de implantação de uma Câmara Técnica de Educação Ambiental e de
72 demandas e debates anteriores no Comitê sobre o ICMS Ambiental e Estatuto: o primeiro tema
73 se refere a: Educação ambiental: como instrumento de participação e criticidade no uso dos
74 Recursos Hídricos, cujo objetivo seria sensibilizar e instrumentalizar os participantes sobre a
75 inserção da educação ambiental nos territórios do Comitê. O segundo tema refere-se ao curso
76 ou palestra sobre: ICMS ambiental: Instrumento de qualificação dos Recursos Ambientais, cujo
77 objetivo é conhecer o âmbito legal do ICMS ambiental e sensibilizar os membros sobre a
78 importância dos recursos provenientes deste, serem voltados para a preservação e conservação
79 dos recursos naturais. Após um breve debate entre os presentes, em torno do ICMS ambiental,
80 seu uso, importância, indicadores, etc. Sr. Mauro (Paroquia de São José) lembrou que apenas
81 três secretarias têm planos obrigatórios na aplicação dos recursos financeiros no meio ambiente.
82 Sr. Mauro, também propôs um diálogo com outros comitês do Estado sobre ICMS Ambiental.
83 Outro Importante tema proposto pela Sra. Mônica Nunes, refere-se ao: Estatuto Social do Comitê:
84 perspectivas de co-responsabilidade e co-partilhamento e participação democrática no âmbito
85 legal. Diante do exposto, as duas primeiras propostas foram acatadas como curso, e a terceira
86 proposta, com a ressalva de inseri-la como conteúdo no item 6.1, como tópico. Após as
87 observações, o Plano de Plano de Capacitação foi aprovado por todos com unanimidade.
88 Seguindo a pauta, apresentou-se o Plano de Comunicação, o qual despertou debates quanto a
89 estrutura de comunicação da APAC, programação visual, diferenças entre plano interno e
90 externo, plano institucional, etc. O sr. Gustavo (APAC), informa que o objetivo do plano é apoiar
91 e fortalecer o Comitê, e que há flexibilidade de ações. A sra. Mila (Fórum Socioambiental de
92 Aldeia), enfatiza que é importante que a sociedade se aproprie do que é uma Bacia Hidrográfica,
93 e que o Plano de Comunicação possa contribuir para esse processo, portanto, que se juntem as
94 propostas mais gerais da APAC e as mais pontuais propostas por ela. A Sra. Jessica (visitante
95 doutoranda da UFPE), enfatizou que a Política Nacional dos Recursos Hídricos, é antiga e pouco
96 conhecida. Após os debates, o Plano de Comunicação foi aprovado por todos os presentes, com

97 a ressalva do Comitê poder atualizar e inserir as contribuições realizados pela Sra. Mila. A mesma
98 ficou responsável de realizar as revisões necessárias ao referido plano. Sr. Mauro, reforçou a
99 necessidade de revisão anual do Plano de Comunicação. O Sr. Mauro, também solicitou que os
100 documentos e Atas possam ser enviadas com antecedência. Sr. Herbert de Tejo, explicou que
101 infelizmente devido ao acúmulo de atividades entre os períodos das reuniões, foi enviada um
102 dia antes. Sra. Mônica Nunes, reforçou a sobrecarga das atividades para os dois membros da
103 Diretoria Executiva, uma vez que o vice-presidente, ainda está se apropriando da dinâmica da
104 gestão. Sra. Mônica Nunes, ainda solicitou a contribuição de todas as representações para que
105 o trabalho possa fluir com co-responsabilidade e com gestão compartilhada e compromisso, uma
106 vez que foram realizadas mediações em atividades de Grupo de Trabalho, causando sobrecargas
107 de atividades. Dando continuidade ao processo de aprovação, foi apresentado a plenária o
108 Termo de Referência do Plano Hidroambiental, no qual o Sr. Herbert de Tejo, propôs que o Termo
109 pudesse ser aprovado, com a ressalva de que os dados secundários, possam ser coletados nos
110 planos de manejos já existentes, para que este item não proporcione desperdício de recursos
111 públicos, onerando o Estado com despesas desnecessárias, já que como relatado anteriormente,
112 esses dados secundários podem ser coletados em documentos consolidados das duas APAS
113 existentes, como de Aldeia Beberibe e APA de Santa Cruz, entre outros. Outra observação, foi
114 relativa aos dados hidrográficos, para que sejam primários. Após as observações, foram votados
115 na plenária e aprovado o Termo de referência em questão, com as respectivas ressalvas. O último
116 ponto de pauta, referia-se ao Grupo de Trabalho Visita Técnica que foi realizada em quatro de
117 dezembro de 2019, com as representações da COMPESA, CPRH, Paroquia São José, Secretaria de
118 Meio Ambiente de Abreu e Lima, com o objetivo de observar os dejetos despejados pelo
119 Complexo Prisional, em Córrego de Areia e a bateria de Poços em Barro branco, localizados no
120 município de Abreu e Lima. O Sr. Mauro (Paroquia de São José), informa que o relatório não
121 poderia ser apresentado a plenária, devido a COMPESA e CPRH estarem ausentes. Relatou que
122 o Sr. Artur Santos (COMPESA – Gerente Metropolitano Norte 2) e Tamires (CPRH- Diretoria de
123 Controle de Fontes Poluidoras) iriam fazer os relatórios sob a perspectiva técnica das áreas, e
124 que a Paroquia iria discutir os pontos apresentados, realizando observações ou acréscimos,
125 sendo apresentado neste comitê para apreciação. No entanto, as representações envolvidas
126 estariam concluindo o relatório no dia 20/12. O Sr. Mauro (Paroquia de São José), reforça que a
127 situação é grave, devido ao lançamento de dejetos e efluentes do Complexo Prisional de Caetés
128 II, que está atingindo os corpos d'água, além da bateria de seis poços não estarem inseridas no
129 Programa de Recuperação dos Poços Artesianos da RMR. A proposta discutida entre as
130 representações, é que possa fazer uma audiência pública, para a construção de um termo de
131 ajustamento de conduta. O Sr. Mauro sugeriu aguardar o relatório, para condensar as

132 informações e após colocar a disposição do Comitê para a plenária em uma próxima reunião, e
133 verificar a possibilidade de realização de uma audiência pública ou não. O Sr. Herbert de Tejo,
134 solicitou ao Sr. Mauro, que assumia a coordenação do processo e os encaminhamentos
135 necessários. Sem mais assuntos mais a tratar, foi dada por encerrada a reunião do COBH-GL-1.

Recife, 18 de dezembro de 2019.



Herbert de Tejo Pereira

Presidente